



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada dia 22 de Fevereiro de 2018, de conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018) realizou-se a presente **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a **Presidência** do **PRESIDENTE JULIO CESAR**: Muito boa tarde a todos. A quem em casa nos acompanha, nós estamos neste momento iniciando Audiência Pública na Câmara Municipal de São Carlos, hoje, 22 de fevereiro de 2018. Uma satisfação para todos nós receber a todos. E eu declaro aberta a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Carlos para a demonstração e avaliação do cumprimento de metas fiscais, orçamentárias e patrimoniais pela Secretaria Municipal de Fazenda referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2017, conforme determina o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, lei de responsabilidade fiscal. Gostaria de convidar, neste momento, para fazer parte da Mesa de Autoridades dessa Audiência Pública o secretário municipal da Fazenda, Mário Luiz Duarte Antunes, também a Juliana Suficiel Staffa, contadora da Prefeitura Municipal de São Carlos. Por favor, fiquem à vontade, muito boa tarde é um prazer recebê-los aqui. Queria agradecer e cumprimentar a presença do Marquinho Amaral, vice-presidente da Câmara Municipal de São Carlos. Também do vereador João Muller, presidente da Comissão de Orçamento e Finanças do município, boa tarde, João. Na presença do vereador Paraná Filho, presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação desta Casa. Também a presença do vereador Azaute Martins de França. Queria registrar a presença de todos os servidores da prefeitura municipal aqui. E também justificar a ausência do vereador Roberto Mori Roda, mas que encaminhou, neste momento, a sua assessoria, através da Aurora, representando o vereador. Queria também dizer da presença, estou vendo o secretário de Agricultura também aqui, demais autoridades. Eu estou sem óculos e tenho alguma dificuldade para enxergar, então me entendam. Queria também justificar a ausência do vereador Roselei Françoso, "Sirvo-me da presença para justificar a minha ausência da Audiência Pública onde será avaliado a demonstrado os suplementos das metas orçamentárias e patrimoniais referentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2017 que será realizada nessa data. Tendo em vista compromisso externo assumido pelo mandato e que não tem possibilidade de ser remarcado para outro dia". Vereador Roselei Françoso, justificada a sua ausência. Eu quero registrar a presença também do Eduardo, da assessoria do vereador Leandro Guerreiro. Quem mais de assessor está aí? Vai me passando, eu vou falando, por favor. Do vereador Roselei também está a Paula representando a assessoria. Queria também registrar a presença da vereadora Laide das Graças Simões, a qual nos honra também com a presença. Secretário, antes de mais nada, eu quero cumprimentar o senhor e toda a equipe. Entendo a dificuldade que o município atravessa, mas eu tenho que fazer referência ao esforço da Secretaria de Fazenda. É esforço que nós percebemos que há comprometimento e não precisa de nenhum tipo de demagogia da minha parte - não há necessidade. A gente percebe, já estive perto e sei como é difícil, mas a Secretaria de Fazenda tem feito de tudo, né, Márcio? Para fazer com que as coisas aconteçam, apesar do momento muito difícil que a nossa cidade atravessa. Eu queria chamar para presidir a Sessão neste momento, uma vez que o presidente continua com a agenda e eu tenho que cumprir essa agenda, mas estarei com a minha assessoria presente na Audiência, quero chamar o vereador João Muller, que é o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças desta Casa para que dessa sequência à esta audiência. Agradeço a presença de todos, que nós possamos ter uma Audiência produtiva na tarde de hoje. Muito obrigado. Boa tarde. [Troca de presidência] **SR.**



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

PRESIDENTE JOÃO MULLER: Boa tarde a todos. Vamos dar sequência a essa Audiência que vai analisar o 3º quadrimestre de 2017 de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. Então, de imediato, eu já passo a palavra ao secretário de fazenda, Mario Antunes, para fazer a introdução sobre o tema. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Boa tarde, vereador João Muller. Boa tarde, vereadores. É um prazer estar aqui novamente. Boa tarde aos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal de Agricultura e a todas as pessoas que estão nos ouvindo e nos vendo em casa. Finalizamos 2017, João, então nós vamos apresentar hoje os números do fechamento do exercício de 2017. Nós vamos fazer um pouco diferente em relação à última vez porque a parte da despesa eu vou passar para contadora do município, ela vai expor os números da parte da despesa. E na parte da receita eu volto e faço uma finalização dos números com relação a um todo, pode ser assim? **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Pode. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Então, eu vou passar para a Juliana Suficiel, só um minutinho. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem, então vamos passar a palavra para a Juliana que vai abordar a parte de despesas do exercício de 2017, na verdade, do 3º quadrimestre. **SRA. JULIANA SUFICIEL:** Boa tarde a todos, aos vereadores, pessoal que está assistindo a gente. [Então, o primeiro slide, por favor]. O primeiro slide é o demonstrativo das despesas do município - as despesas do município, elas são compostas por despesas correntes e despesas de capital. E a gente encerrou no 6º bimestre de 2017 com um total de R\$ 699 milhões empenhado. Liquidado, nós encerramos com R\$ 661 milhões. E pago foi de R\$ 622 milhões. Lembrando também que um detalhe importante nesse slide é o valor contingenciado que a gente encerrou 2017 foi no valor de R\$ 7,6 milhões. Também nesse slide podemos ver que tivemos um superávit de R\$ 73 milhões. O que significa isso? Essa é a diferença da receita realizada com a despesa liquidada, então esse valor, o superávit, ele é orçamentário, ele não é financeiro. [Pode passar para o próximo, por favor]. Esse gráfico, ele demonstra a despesa empenhada em 2016, e a despesa empenhada em 2017. Em 2016, o total da despesa empenhada foi de R\$ 697 milhões. Em 2017, foi de R\$ 699 milhões. Teve um pequeno acréscimo aí bem discreto de 0,34%. A despesa corrente, que corresponde a 90% da despesa do município, em 2016 foi de R\$ 631 milhões, e em 2017 fechamos com R\$ 636 milhões. Teve um acréscimo de 0,72%. Então, a gente pode verificar nesse gráfico que a despesa não teve uma grande diferença em 2016 e em 2017. Ela teve um pequeno aumento, ela se manteve durante esse período. [Pode passar para o próximo]. O próximo quadro é referente aos restos a pagar. Então, em 2017, fechamos o exercício com R\$ 40 milhões de restos a pagar processados, e R\$ 44 milhões de restos a pagar não processados. Total, somando os dois, dá R\$ 85 milhões. Sendo que, desses R\$ 40 milhões de restos a pagar processados, R\$ 27 milhões foram referentes à folha de pagamento, que corresponde aos salários e aos encargos. Desses R\$ 27 milhões - que é de folha de pagamento - a diferença entre os R\$ 40 milhões ficou de R\$ 13 milhões, e eles já foram pagos. A maior parte desses restos a pagar processados que ficou, ele foi pago em janeiro - R\$ 33 milhões desses R\$ 40 milhões já foram pagos em janeiro. Outra coisa também desse slide é a disponibilidade financeira do município. Fechamos com um total de R\$ 73 milhões de disponibilidade financeira. Esse gráfico demonstra os restos a pagar. Então, primeiro, a gente pode observar referente aos restos a pagar pago. Em 2016, foram pagos R\$ 69 milhões de restos a pagar. E, em 2017, foram pagos R\$ 69 milhões também. Então, o que a gente pagou, em 2016, de restos a pagar também foi pago em 2017. A grande diferença desse gráfico, que a gente pode ver aí, é referente aos restos a pagar que foi inscrito em 2016, que foi de R\$ 104 milhões. E a disponibilidade financeira de 2016 que foi de R\$ 52 milhões. Então, teve uma diferença aí entre os restos a pagar com a disponibilidade financeira de mais de R\$ 50 milhões, R\$ 52 milhões. Em



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

2017, essa diferença, os pontos dessa reta quase se encontram. Em 2017, fechamos com restos a pagar de R\$ 85 milhões, e a disponibilidade financeira de R\$ 74 milhões. A diferença que, em 2016, era de 50 milhões, em 2017 foi de R\$ 11 milhões. Então, a gente teve uma queda nos restos a pagar inscritos em 2017, caiu 18,42%. E a disponibilidade financeira aumentou 41,44%. O que isso significa? A gente tentou, a Secretaria Municipal de Fazenda, conter as despesas, verificar, fez todo um programa para verificar os restos a pagar, o que realmente era devido, o que não era. E conseguimos reduzir bastante os valores dos restos a pagar em relação a 2016. Uma coisa também que ocorreu para ter ainda um pouco de desequilíbrio no exercício foi essa diferença que ficou de R\$ 11 milhões, foi que, no dia 20 de dezembro, a gente tinha obrigações com o INSS referentes ao mês de novembro, e ao 13º, que a gente não conseguiu pagar nesse dia. Então, ficou como restos a pagar para 2018, que era exatamente R\$ 11 milhões correspondentes ao que não conseguimos pagar no dia 20 de dezembro, mas já foram já quitados em janeiro de 2018. [Pode passar]. Esse quadro é o demonstrativo das despesas com pessoal. Então, o que compõe despesas com pessoal? Além do salário dos servidores, também tem os encargos com INSS, o FGTS, tem a mão de obra terceirizada, que é a limpeza, o serviço de portaria. Temos os inativos, os pensionistas, e também sentenças judiciais trabalhistas. Tudo isso compõe a despesa com pessoal, e não somente o salário dos servidores. Como despesa não computada, tem o PDV, que é o Incentivo à Demissão Voluntária que, em 2017, foi de R\$ 1,3 milhão. Então, esse valor não entra nas despesas com pessoal, então a gente fechou 2017 com um total líquido de despesas com pessoal de R\$ 361 milhões. A nossa receita corrente líquida, o Mário vai explicar depois, foi de R\$ 728 milhões. Então, essa relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida, chegamos no percentual de 49,6%, que está abaixo do limite prudencial. [Pode passar]. Aqui é o gráfico, então demonstrando que teve um aumento na despesa com pessoal em reais. Então, em 2016, fechou o 3º quadrimestre com R\$ 353 milhões. E, em 2017, a gente fechou com R\$ 361 milhões. Houve um acréscimo de 2,33%. [Pode passar]. No gráfico anterior eu demonstrei que a despesa com o pessoal aumentou em relação a 2016 e 2017. Porém, o percentual em relação a 2016 e 2017, caiu. Então, em 2016, a gente fechou o ano com 52,88% da despesa com pessoal. E, em 2017, fechamos com 49,6. Então, essa redução, apesar de a receita, de a despesa com o pessoal ter aumentado, o percentual caiu devido ao aumento da receita do município. Lembrando também que os valores dos gráficos, para fazer as comparações, eles estão deflacionados para poder fazer essa comparação de maneira correta, e é isso. A parte da despesa é isso. Vou passar a palavra para o Mário para ele falar sobre a receita do município. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Então, neste momento, nós passamos a palavra ao secretário de Fazenda, Mário Antunes, que vai abordar a receita do município no exercício de 2017. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Obrigado, Juliana. Só quero fazer alguns comentários com relação à despesa, vereador João Muller. Eu quero reforçar que a despesa do município, no exercício de 2017, conforme demonstrado pela Juliana, ela ficou no mesmo nível da despesa de 2016. Então, nós, passamos o exercício de 2017 com o mesmo nível da despesa de 2016. O que significa isso? Um controle rigoroso na despesa do exercício. Outro ponto importante para a gente frisar é, quando a Juliana comentou o superávit orçamentário de R\$ 70 milhões, quando você pega o balanço do município onde entram as despesas extraorçamentárias que são os duodécimos, os repasses, o nosso superávit foi de R\$ 16 milhões - isso sai no balanço do município. Em 2016, nós tivemos um déficit de R\$ 39 milhões, vereador. Então, nós saímos de um déficit, do balanço, de R\$ 39 milhões para um superávit de R\$ 16 milhões no balanço. Então, são números expressivos, são números importantes para o município, e a gente sempre tem que ressaltar isso. Outro ponto importante que eu tomo a liberdade de comentar um pouquinho são os restos a pagar. Os restos a pagar, como a Juliana explicou,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

quando você pega a disponibilidade com os restos a pagar, em 2016, essa diferença de R\$ 50 milhões negativos, quer dizer, você tem um restos a pagar de mais de R\$ 100 milhões e uma disponibilidade de R\$ 50 milhões - então você está com um buraco de R\$ 50 milhões. Ao passo que, em 2017, isso caiu para R\$ 11 milhões. Isso, nós não conseguimos deixar superavitário. Isso deveria estar positivo. Então, é um trabalho que tem que continuar, então é um ponto que ficou, vamos falar assim, nós não conseguimos completar isso para que ele ficasse acima do valor da disponibilidade, mas ele caiu de maneira significativa. Eu tirei um relatório ontem, vereador, com relação aos restos a pagar. Então, só para vocês terem uma ideia, os restos a pagar que nós fechamos no exercício de R\$ 75 milhões, desses R\$ 75 milhões - eu estou falando só da Prefeitura Municipal de São Carlos - desses R\$ 75 milhões de restos a pagar, R\$ 66 milhões foram do exercício de 2017. Então, R\$ 66 milhões, como a Juliana explicou, a folha de pagamento é empenhada e liquidada no exercício de 2017, mas ela é baixada no exercício de 2018, então, já somando encargos mais a folha, são R\$ 27 milhões. No relatório de ontem, esses R\$ 66 milhões, hoje, ele está com R\$ 26 milhões de reais, o que representa, aproximadamente, 3% da receita corrente líquida o que, para o município, não é significativo. Mas é um trabalho que tem que continuar, é um trabalho que demonstra que estamos no caminho certo, mas que necessita de austeridade, nós temos que continuar com austeridade, tá certo? Então, agora, eu vou falar da receita. [Então, Emílio, por favor]. Da mesma forma que nós fizemos uma análise da despesa, a receita continua no mesmo raciocínio. Nós vamos comparar o fechamento da receita de 2017, com a receita, com o fechamento da receita de 2016, valores de 2016 corrigidos. Então, nós estamos com a mesma base de informação. Receita corrente, R\$ 728 milhões. Receitas de capital, R\$ 6,8 milhões. Receitas correntes intra-orçamentárias, R\$ 207 mil. Total da receita, R\$ 736 milhões. Quando você olha o comparativo no mesmo período de 2016, nós saímos de uma receita de R\$ 600 milhões, em 2016, para R\$ 735 milhões em 2017. Um crescimento real de 9,41%. Esse crescimento real fez com que nós quase batêssemos o orçamento de 2017. O orçamento de Fonte 1, de 2017, ele ficou R\$ 5 milhões superior ao orçamento de Fonte 1. E o orçamento total nós não atingimos, faltaram R\$ 19 milhões. Então, o que significa o Fonte 1, João? Significa que os tributos do município estão chegando, o trabalho que está sendo feito nesse tributo está dando resultado para o município. E, mais para a frente, eu vou demonstrar quando nós detalharmos os tributos, nós vamos identificar aonde que está o problema com relação à receita. Do total da receita, de R\$ 736 milhões, executada em 2017, eu vou apresentar alguns tributos. Desse R\$ 736 milhões, o IPTU corresponde a R\$ 86 milhões. O ITBI a R\$ 14 milhões. O ISS a R\$ 92 milhões. Receitas de serviço, que aqui entra as receitas do Saae, na grande maioria, R\$ 90 milhões. E as transferências correntes, R\$ 400 milhões. Eu acho que fica mais fácil explicar olhando o gráfico do que apenas o número cru. Então, vamos olhar o gráfico, porque aí vamos ter uma comparação sempre de 2016, com relação a 2017. O IPTU, nós saímos, em 2016, de R\$ 81 milhões, e chegamos a R\$ 86 milhões, crescimento real, já descontada a inflação, de 6%. O ISS saltou de R\$ 61 milhões para R\$ 92 milhões - um crescimento de 52%. Vocês podem verificar no gráfico que a arrecadação do ISS superou, pela primeira vez, a arrecadação do IPTU. Então, pela primeira vez, o ISS superou a arrecadação do IPTU. A nossa maior arrecadação é o ICMS, e depois o IPTU, o ISS é um dos grandes tributos nossos de arrecadação. Para o próximo slide, nós vamos falar da receita de serviços que também cresceu. De R\$ 86 milhões para R\$ 90 milhões, um crescimento de 4%. O ITBI, que mede a movimentação econômica de venda de imóvel, é um bom indicador para a gente analisar a recessão, teve um crescimento de 7%, ele foi de R\$ 13 milhões para R\$ 14 milhões. Então, como a gente pode verificar claramente no gráfico, os tributos de Fonte 1, todos eles, nós tivemos um acréscimo real com relação ao ano anterior de 2016. No próximo gráfico nós vamos falar agora



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

das transferências correntes. As transferências correntes, diferentemente desses recursos nossos, o IPTU, ISS, ITBI, nós tivemos uma redução pequena, mas houve uma redução. Se você olhar o gráfico, nós saímos, em 2016, em R\$ 422 milhões, e, em 2017, R\$ 421 milhões. Então, é uma redução pequena, mas houve. No mínimo, a gente pode falar que está estagnado. A gente, para não ser muito rigoroso, está no mesmo patamar de 2016. Dentre as transferências correntes, agora nós vamos abrir, nós vamos detalhar alguns tributos da transferência corrente para a gente identificar se tem um ou outro que é mais problemático. O ICMS, nós tivemos um acréscimo de 1%. Então, todos esses tributos que eu vou falar agora, são tributos que estão dentro da transferência corrente, tá? Eu vou detalhar alguns deles. Então, o ICMS nós tivemos um acréscimo de 1%. O Fundo de Participação dos Municípios nós tivemos uma redução de quase 10%, R\$ 69 milhões para R\$ 62 milhões - então está explicado, um, um pouquinho maior, o outro um pouquinho menor. E o IPVA no mesmo patamar de 2016, R\$ 47 milhões. Ainda falando das transferências correntes, vou falar agora da Educação e da Saúde. O SUS, nós recebemos os mesmos valores de 2016, R\$ 67 milhões. O Fundeb, uma pequena redução de R\$ 53 milhões para R\$ 52 milhões. E o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação permaneceu em R\$ 12 milhões. O próximo gráfico é o gráfico mais importante da nossa apresentação. Por quê? Porque nós estamos demonstrando nesse gráfico a receita e a despesa do município. A receita, em 2016, R\$ 672 milhões. E uma despesa, no mesmo período, de R\$ 697 milhões. Então, fica fácil verificar no gráfico que a receita versus a despesa empenhada, é deficitária. Nós empenhamos mais do que arrecadamos, e isso demonstra um problema muito sério porque você está tendo que se comprometer mais do que aquilo que você pode pagar. Com o passar do ano de 2017, essa situação foi invertida. A receita terminou com R\$ 735 milhões, 9% de crescimento, conforme já falamos. E a despesa permaneceu no mesmo patamar de 2016, os R\$ 699 milhões. Então, você verifica, claramente, que saiu de uma situação negativa, e hoje nós terminamos 2017 em uma situação muito mais confortável do que o término de 2016. Isso não significa que está sobrando dinheiro, isso só significa que nós estamos fazendo a lição de casa. Porque sobrar dinheiro, o município tem dificuldade de fazer investimento, ele não tem condições de fazer aporte de investimento. O que a gente faz é pagar conta. Infelizmente, o que a gente faz é pagar conta. Então, a gente tem que ter uma condição de equilíbrio, nós temos que ter as nossas certidões válidas - e elas estão válidas - para que a gente possa buscar recursos. Porque, se a gente não tiver no azul, a gente não consegue buscar recurso. E o município, não tendo condição de investir, ou tendo dificuldade de investir, eu não conseguindo buscar dinheiro, a gente passa o ano só pagando conta e ainda devendo para fornecedor e devendo o INSS, então é muito importante que a gente faça o controle das despesas. A gente sabe que as demandas de Educação, de Saúde, são imensas. Todos nós sabemos que, quando se fala em Educação e Saúde, é a parte frágil do elo. Só que a gente precisa tem que ter consciência que só podemos fazer aquilo que a gente tem condição de pagar, a gente não pode fazer mais do que a gente consegue pagar e honrar os nossos compromissos. Só mencionando novamente que nós terminamos o exercício com um contingenciamento de R\$ 7,6 milhões. Se esse contingenciamento não tivesse sido executado, nós, muito provavelmente, teríamos hoje uma conta de R\$ 7,6 milhões para pagar. Então, isso daí nós conseguimos controlar. Pontualmente, eu sei que teve um problema aqui, outro ali, mas todos eles contornáveis com relação a fornecer algum item para a Saúde, algum item para Educação, mas todos foram contornados. Então, eu entendo assim, que é muito importante a gente honrar os nossos compromissos, porque honrando os nossos compromissos, temos condições de fazer uma compra mais adequada, uma compra mais próxima da realidade. O pessoal não vai embutir algum valor, porque: "Ah, a prefeitura vai me pagar daqui a seis meses". Então, acho que é muito importante a gente ter essa condição de cumprir as nossas



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

obrigações, essa é a nossa grande missão, cumprir as nossas obrigações. A receita corrente líquida, nós totalizamos R\$ 728 milhões - R\$ 728 milhões é o período de 12 meses, de janeiro a dezembro de 2017. Dos R\$ 728 milhões, a prefeitura municipal representa R\$ 682 milhões. O Saae R\$ 96 milhões. As fundações, que são a Pró-Memória e a Fesc, R\$ 695 mil. E a Prohab R\$ 826 mil. Você, colocando as deduções permitidas por lei, dá R\$ 728 milhões de receita corrente líquida, que é o número - conforme a Juliana explicou - quando você faz o cálculo do gasto do percentual com o gasto do pessoal. Você pega o gasto do pessoal - que ela já explicou muito bem - divide pela receita corrente líquida e chega no número 49 ponto alguma coisa, que ela já explicou. O resultado primário é um outro índice, é um outro fator muito importante para controle. O resultado primário nosso é positivo em R\$ 112 milhões. O que que significa isso? Significa que nós mostramos, estamos mostrando, através dos nossos números, que nós temos condições de pagar as nossas dívidas, que nós temos condições de cumprir as nossas obrigações. Então, o resultado primário, demonstra isso. Então, R\$ 112 milhões positivo, é um número expressivo, é um número relevante, conforme todos os outros números que a gente está explicando aqui. O resultado nominal já diz respeito à nossa dívida a longo prazo. Diferente do restos a pagar, a dívida a longo prazo é superior aos 12 meses. Então, por exemplo, os parcelamentos que a Juliana fez com a Receita Federal em abril/maio de 2017, em 200 vezes, isso entra como dívida fundada - uma dívida superior a 12 meses. Então, a nossa dívida caiu, o resultado nominal caiu R\$ 23 milhões. A dívida líquida, o que que é a dívida líquida? É a dívida quando você desconta o seu ativo, então essa é a dívida líquida. Você tem a dívida, mas você desconta o ativo seu, é a dívida líquida. Ela caiu de R\$ 143 milhões em 2016, para R\$ 120 milhões em 2017 - isso é a dívida líquida. Quando você fala da dívida total, ela praticamente ficou, ela está um pouquinho superior porque ela saiu de R\$ 198 milhões para R\$ 208 milhões. Vale a pena lembrar que nós terminamos 2016 com uma necessidade de negociação de R\$ 50 milhões com a Receita Federal. Então, esses R\$ 50 milhões, que não aparecia na dívida fundada em 2016, entraram para a dívida fundada em 2017 porque a Juliana renegociou isso e parcelou em até 200 vezes. Então, quando você fala: "Então, aumentou a dívida?". Aumentou porque esses R\$ 50 milhões, que não entraram lá no final de 2016, porque não era dívida fundada naquele momento, em 2017, quando ela foi renegociar, ele cai para dívida fundada de mais de R\$50 milhões, tá certo? As nossas principais dívidas são com o INSS, nós temos dívidas antigas com a Caixa Econômica Federal, precatórios do Saae, da Prohab. E tem o rol aí de algumas, só um detalhe das nossas dívidas, mas são dívidas que totalizam R\$ 208 milhões, a dívida bruta, tá certo? É importante falar também que, essa negociação da dívida que a Juliana fez, fez com que nós pudéssemos obter a nossa certidão lá em maio, em abril de 2017, e nós já tivemos duas renovações da certidão, nós já renovamos duas vezes. Então, hoje, as nossas certidões, desde abril, já vão completar um ano, a nossa certidão está positiva, está no verde, está no azul, certinho, e isso é muito importante para o município. Todas as nossas dívidas, só para vocês terem uma ideia, precatórios estão rigorosamente em dia. Aproximadamente R\$ 1,7 milhão por mês de precatórios nós pagamos. O INSS são R\$ 5,5 milhões por mês de INSS que o município paga todo mês - está rigorosamente em dia. O lixo, os contratos nossos estão em dia. Então, hoje, a nossa situação é uma situação de equilíbrio, mas não é uma situação confortável para a gente baixar a guarda e falar que está tudo bem, longe disso. É uma situação que requer cuidado, austeridade, e a gente vai continuar controlando isso para que a gente possa, no exercício de 2018, reverter aquele gráfico de restos a pagar porque falta um pouquinho. E eu falo para os colegas da Secretaria Municipal de Fazenda: Nós poderíamos ter saído, terminado o ano de 2017, com um dez com louvor. Igual o professor Azuaite sabe, foi professor, a gente poderia ter terminado com um dez com louvor, mas esse pouquinho de restos a pagar que ficou para trás e a



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

dificuldade de honrar um compromisso no dia 20 de dezembro de 2017, impediu esse dez com louvor. Mas os nossos números são expressivos e são bons, e a gente tem que continuar nesse caminho porque eu tenho convicção que é o caminho certo, é o caminho que a gente vai conseguir fazer coisas diferentes para o município. Finalizando, apenas o relatório da gestão fiscal, só quero demonstrar que o percentual de endividamento nosso do município, é um item que eu conversei muito com o vereador João Muller, ele é abaixo de 30%. O que significa isso? Significa que ele é um percentual baixo perto da possibilidade de a lei, de um endividamento de até 120%, então nós estamos a menos de 30%. O que significa? Que nós temos condições de buscar financiamento. O município consegue honrar os seus compromissos e buscar novos financiamentos porque os nossos números permitem isso, vereador João Muller. Então, eu estou à disposição para qualquer dúvida, qualquer esclarecimento que se faça necessário. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Antes de passar a palavra aos Srs. Vereadores, quero registrar a presença dos vereadores Edson Ferreira e Moises Lazarine que também acompanha essa Audiência. Vejo aqui no Plenário também o secretário de Agricultura e Abastecimento, Deonir Tofollo, obrigado pela presença. E, agora, vamos colocar a seguinte dinâmica, três minutos para considerações ou questionamentos, tá bom? Se for necessário, mais de uma vez, não tem problema porque nós estamos em poucos parlamentares. Alguém gostaria de fazer algum questionamento, alguma consideração? Se não tiver também, o Mário pode fazer o encerramento, não tem problema nenhum. Azuaite tem? **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Tenho uma... se puder ter mais de uma intervenção. Da última vez, ou penúltima, que você esteve aqui, Mário, eu fiquei com dúvida a respeito das aplicações mínimas de lei no que tange a Educação e a Saúde. E eu gostaria que você fizesse uma rápida explicação sobre a performance da prefeitura em relação a isso. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** No exercício de 2017, né, Azuaite? **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** É, de 2017. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Você tem esses números, Mário? **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Tenho, tenho. Vereador, nós utilizamos, eu lembro quando o senhor me questionou, o senhor estava muito preocupado com relação ao contingenciamento, principalmente da Educação. Se nós não realizássemos as despesas não teria a aplicação dos 25%. Naquele momento, o fato de nós estarmos em um momento tão difícil com relação à receita e às despesas, e àquilo que a gente estava trazendo de 2016, nós fomos obrigados a fazer aquele contingenciamento, inclusive, pegando o pessoal da Educação. Nós fizemos contingenciamento da Educação. Só que, eu não sei se o senhor lembra, eu expliquei para o senhor que o fato, o gasto com o pessoal, do pessoal da Secretaria Municipal de Educação já representava quase que 90% para atingir os 25% necessários. Mas aí tem que passar desses 25%, a gente tem que chegar em 27, 27,5 porque o tribunal normalmente efetua algumas glosas - então temos que ter uma margem de segurança. Só que quando começamos lá para outubro mais ou menos, setembro, nós descontingenciamos(F) todos os números da Educação. Todos. Nós não deixamos nenhum contingenciamento para a Educação. Por quê? Porque nós vínhamos monitorando isso. E nós percebemos que, naquele momento, nós já tínhamos condições de ter um gasto maior porque nós temos que atingir a aplicação de 25% da Educação. Então, nós fizemos esse controle incluindo a Educação, mas, no final do ano, nós excluímos a Educação para o atingimento de 25% na aplicação. Os números, o próprio pessoal da Secretaria Municipal de Educação, eles vão fornecer esses números, mas, no monitoramento nosso, está em torno de 27%. É mais ou menos isso que fechou no exercício de 2017. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Mas com relação... [falas sobrepostas] **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Me permite só o seguinte, eu tenho um compromisso lá na Cidade Aracy, naquela rádio RCA, eu vou precisar sair, a Laide vai presidir aqui um pouco e fazer o encerramento da Audiência. Obrigado a todos aí. Mário, parabéns pela exposição,



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

também à Juliana e todos os membros da secretaria. A gente percebe que está em boas mãos essa área da administração. Obrigado. [troca de presidência] **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Naquela oportunidade, Mário, preocupação também com a Saúde porque me parece que vocês se utilizando de recursos carimbados, ou de recursos com destinação objetiva, vamos dizer assim, para suprir despesas na área da Saúde. E havia, conseqüentemente, a preocupação de estar repondo esses valores para as suas devidas alíquotas. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Vereador Azuaite, os recursos carimbados, como o próprio nome diz, eles são carimbados, eles não podem ser utilizados, viu? A não ser para aquele fim específico. A Secretaria Municipal de Saúde, a aplicação na Saúde, constitucionalmente, é de 15%, e nós aplicamos 24, 25%. Então, eu preciso da Saúde para controlar a despesa, vereador. Na verdade, a prática é essa. A Secretaria de Saúde, por ela ser uma secretaria grande, Saúde, Educação e Serviços Públicos são secretarias grandes, Agricultura também colaborou muito. Então, eu preciso dessas secretarias para a gente controlar as despesas. É óbvio que a gente não pode sair cortando, a esmo, recursos de uma secretaria tão importante como a Saúde porque a gente pode deixar de fazer coisas também importantes para Saúde, mas a gente tem que ter o bom senso de sempre melhorar na aquisição. Comprar melhor para que a gente tenha uma sobra de recurso. Mas a gente precisa desse controle, a gente não pode, por ser a Saúde, a gente fala: Não, não faz nenhum tipo de controle. A gente precisa ter esse controle porque se juntar todas as outras, eu não vou ter um resultado satisfatório porque ela é muito grande. **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Tá. E a performance na Saúde... **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Ela chegou em torno de 25%. Vai apresentar amanhã, mas o número é bem superior aos 15% exigidos pela Constituição, muito superior. Tá bom? **VEREADOR AZUAITE FRANÇA:** Perfeito. **SRA. PRESIDENTE LAIDE SIMÕES:** Próximo vereador inscrito para o questionamento, vereador Moises Lazarine. **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Boa tarde, Sr. Secretário. Agradecer a sua presença, toda a sua equipe por estar sendo sempre prestativo e nos dando condições de responder à população até porque vocês realmente conhecem de número. Gostaria de tocar em dois assuntos que talvez não sejam tão fáceis de serem respondidos, mas, a princípio, eu acredito que vai virar tema nas próximas Sessões aí. Em relação àquele recurso que nós votamos nessa última semana para o transporte coletivo da nossa cidade, gostaria de saber se, deste valor que foi destinado para fazer esse subsídio, na verdade, para que não viesse a ocorrer novamente a interrupção do serviço que hoje está sendo realizado por intermédio da intervenção municipal, se esse recurso, em algum momento, vai ter uma forma de ser estornado. Porque eu acredito que a rescisão dos valores que [ininteligível] pelos ex-funcionários, na verdade, foram aqueles que optaram em não continuar servindo o município, não mais a empresa, mas que, por sinal, eu acredito que, pelo período que eles trabalharam, quem teria a obrigação de pagar era o empregador que por praticamente um ano e meio tiveram lucro em cima desse período em que utilizaram da mão de obra desses trabalhadores. Então, como que ficaria essa questão judicialmente, se em algum momento estaria sendo cobrado esse estorno por parte da prefeitura está tendo que por uma questão manter o trabalho do setor de transporte e teve que acabar por ter assumido, tendo que fazer esse pagamento. Como que ficaria essa questão judicialmente. E gostaria de saber também se você tem, se não tiver eu já aproveito aqui para fazer um requerimento verbal, e, se for necessário, a gente formalizaria esse pedido que é sobre a quantidade de empreendimentos que nós temos no nosso município. Todos os espaços que são pagos aluguel pelo poder público, pela prefeitura municipal em São Carlos. Você deve ter imaginado por que eu fiz essa pergunta, porque nós sabemos que hoje um dos nossos membros aqui do Legislativo fez uma acusação à prefeitura municipal em relação à compra daquele antigo prédio da Faber. E, segundo a denúncia, ele que alega que o prédio tem



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

um valor comercial entre R\$ 10 mil a R\$ 12 mil, no máximo. E a proposta a ser finalizada seria de R\$ 22 milhões. Então, eu gostaria de saber, até porque, se for realmente consolidar essa compra, se realmente o valor de mercado desse empreendimento é de R\$ 10 a R\$ 12 milhões mesmo, e se realmente seria pago esses R\$ 22 milhões, se teria recurso para isso também, né? Dentro do superávit que foi apontado. E se ainda os valores de aluguéis superariam, e em quanto tempo levaria? Por exemplo, eu seria favorável que se acabasse com todos os valores de aluguel, desde que investisse em um prédio particular, desde que com o tempo isso aí se pague e a prefeitura deixe de gastar com esse valor de locação para investir em outros setores. Então, eu gostaria de saber como que ficaria essa questão, tá bom? **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Vereador, com relação à intervenção que está em andamento desde o dia 23 de janeiro, a responsabilidade desta intervenção cabe à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito e ao interventor nomeado pelo prefeito. Onde que a Secretaria Municipal de Fazenda entra? Ela entra através de apoio no sentido de o interventor solicita apoio, ou encaminha à Secretaria de Fazenda: "Olha, eu preciso efetuar esses pagamentos". Como se fosse um pagamento normal efetuado pela Prefeitura Municipal de São Carlos. Nós estamos abrindo um processo administrativo para todo o dinheiro movimentado, porque, com certeza, em algum momento, nós teremos que prestar conta disso, né? Então, o fato de nós, esta semana, felizmente, a Câmara Municipal, ela nos ajudou aprovando um projeto de lei importante para o município. E ontem nós corremos para publicar essa lei e para fazer o pagamento, finalizar o pagamento das rescisões. Porque pontualmente, neste momento, a empresa Suzantur não teria essa condição, então, nesse interim, foi muito importante essa aprovação desse projeto de lei porque nós não teríamos condições de fazer um repasse financeiro à empresa que tem os seus débitos. Está previsto também que informações que chegam à Secretaria Municipal de Fazenda, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, que a empresa é superavitária, só que, pontualmente, ela não consegue cumprir os problemas, os pagamentos, mas ela é superavitária. Em se cumprindo isso, confirmando que ela é superavitária, o dinheiro vai voltar para o município, a própria Secretaria de Fazenda vai fazer esse questionamento. Só que onde eu quero chegar? Quem controla isso é o interventor, são as pessoas da Suzantur. A partir do momento que nós somos motivados, que chega alguma coisa para a Secretaria de Fazenda, nós executamos. Agora, o controle é feito pelo interventor. Isso com relação ao transporte que você me perguntou. Com relação ao aluguel, nós pagamos hoje em torno de R\$ 300 mil mês de aluguel. Só que aí você fala assim: "Se nós formos todos...". Como exemplo que o senhor citou, o prédio lá da antiga João Faber. Nós vamos todos para lá? Tem aluguel que eu pago hoje que não pode ir para lá, que é UBS, que é... não tem como ir para lá. É a parte administrativa que vai para lá. Então, desses R\$ 300 mil, eu não sei afirmar para o senhor quanto, qual é o percentual que iria para uma união em um outro prédio. Eu não sei dizer para o senhor. Se nós considerarmos que vá tudo, por exemplo, R\$ 3 milhões dá quase, R\$ 300 mil mês de aluguel, dá quase R\$ 4 milhões por ano de aluguel. Mas a conta é menor do que isso porque muitos dos aluguéis precisam continuar, alguma coisa de Educação... eu não sei detalhes, mas tem Unidade de Saúde da Família, etc. Não vai para lá. Só vai a parte administrativa, ok? **VEREADOR MOISES LAZARINE:** Obrigado pelo esclarecimento. Ainda dentro dessa... me permite, Laide? Só para concluir o raciocínio dentro desse mesmo assunto, você tocou em uma coisa extremamente importante sobre a prestação de contas apesar de você falar que quem está cuidando exatamente do assunto, e concordo que é o interventor, lógico, indicado pelo próprio município porque a intervenção é municipal. Estará no Portal da Transparência, qual vai ser a forma de prestação de contas? Só para a gente depois ter esses números. E realmente eu espero que seja constado também pelo próprio Ademir, atual secretário de Transporte, que ele realmente



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

informe, ele falava que a empresa realmente se sustenta com a atual tarifa, então espero que de alguma forma, eu não sei se vocês já estão fazendo algum estudo para que se complete a quantidade de linha. Porque nós vereadores temos sido cobrados todos os dias. Não sei se desse valor, que vai ficar dentro do superávit, estará sendo utilizado para locação, talvez, de novos ônibus para que se complete a quantidade de linhas. Porque a população não sabe que, dentro do contrato que a Suzantur vinha atuando tinha em torno de 106 ônibus, que é o ideal para que se transportasse a população com um mínimo de qualidade. E, na verdade, hoje, na cidade, tem menos de 80 ônibus. Linhas, se eu não me engano, são 65 funcionando. E pela enorme quantidade de ônibus também que estão deteriorados. Então, gostaria de saber se a sua secretaria, junto com a Secretaria de Transporte e Trânsito, tem estudado meios para que esse transtorno do transporte coletivo, acredito que de alguma forma necessitaria, pelo período que a prefeitura está atuando, de alguma quantidade de ônibus locados para que se complete a quantidade de linhas necessárias para o atendimento à população. Até porque eu acredito que, para se constatar o valor real das tarifas na catraca, precisaria estar tendo uma quantidade de ônibus rodando dentro do número exato para que vocês realmente venham a constatar de uma maneira mais exata qual é o valor que realmente entra de tarifa. Acredito que deveria ter todas as quantidades de linha dentro do contrato funcionando para que você possa ter um número real de quanto realmente a Suzantur arrecadava. Porque, com certeza, em cima disso aí pode surgir questionamentos dentro da licitação, dentro de um possível futuro aumento de tarifa e tal. Vocês já vão ter o número exato de quanto realmente a empresa arrecada, mas se não sair rodando com uma quantidade de números de coletivos dentro do que está no contrato, não vai dar para saber nunca. Então, eu gostaria de saber se está tendo algum estudo para a locação de ônibus, ou qual que seria... o atual interventor fala que teria empréstimos de outras empresas, não sei realmente qual é o caminho que a prefeitura está tomando para ter realmente os números exatos dessa situação. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Esse assunto específico está sendo tratado diretamente na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito. O que eu posso afirmar para o senhor, vereador, é que nós abrimos três contas bancárias. E essas contas bancárias são de obrigação da Secretaria Municipal de Fazenda, a prestação de contas e a conciliação dessas contas. Então, tudo o que entrar nessas contas e tudo o que sair dessas contas é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda prestar conta disso. Agora, o outro item a Secretaria Municipal de Fazenda não participa, eu não sei falar para o senhor, viu. **SRA. PRESIDENTE LAIDE SIMÕES:** Dando prosseguimento à nossa Audiência pública dessa tarde, eu consulto se tem mais algum vereador que queira fazer algum questionamento. Pois não, Robertinho. **VEREADOR ROBERTO MORI RODA:** Laide que ora preside, eu quero pedir desculpas ao secretário, pedir desculpas a esta Casa, estava aqui com a assessoria representando porque estava em uma Audiência agora com o prefeito municipal, tá bom? **SRA. PRESIDENTE LAIDE SIMÕES:** Tudo bem. Consulto os presentes aqui no Plenário se tem mais alguém que queira fazer algum questionamento ao secretário municipal de Fazenda. Não havendo mais ninguém, eu vou encerrar, então, a Audiência. Pois não, secretário. Fique à vontade. **SR. MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES:** Olha, primeiro, eu quero agradecer aos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda porque os nossos números eles são números bons, são números que, se a gente for comparar com outro município do mesmo porte de São Carlos, nós estamos em uma condição satisfatória, mas tudo isso se deve ao esforço de cada um de nós. O pouquinho que a gente faz dentro no nosso dia a dia, somado com os todos os servidores dá o trabalho final, e é esse trabalho que a gente conseguiu no final do exercício. Eu quero também agradecer, publicamente, ao secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, Deonir, ele foi um grande parceiro nosso no controle de despesa em 2017. Então, publicamente, eu já falei isso



Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

outras vezes para ele. Então, a gente participou, ele participa muito ativamente nisso, então os nossos números também, na parte da despesa, ele tem um percentual expressivo nesse controle da despesa. E espero, tenho certeza que quando nós fizermos o 1º quadrimestre de 2018, nós vamos continuar com números expressivos, números bons, para que a gente possa obter financiamentos, para que a gente possa dar uma condição diferente ao município de São Carlos. Então, eu agradeço aos vereadores, essa parceria que sempre quando a Secretaria Municipal de Fazenda precisou da Câmara Municipal nós fomos atendidos sempre. Não teve nenhum momento que não aconteceu isso. Em outubro, nós precisamos correr com a publicação da alteração da Lei do ISS, e a Câmara prontamente nos ajudou e nós concretizamos isso. Então, eu acho que, assim, a parceria da Câmara com o Poder Executivo, com a Secretaria Municipal de Fazenda é um bem único. O nosso objetivo não é partido 'A', partido 'B', partido 'C', é o município - o nosso objetivo é melhorar o município. Então, é por isso que a gente consegue, eu acredito, ter esses números expressivos e entendo que a gente está no caminho certo e a gente precisa sempre melhorar cada vez mais porque sempre há possibilidade de melhora. A gente não pode ficar: Ah, tá bom, vamos continuar... A gente tem que melhorar sempre, a gente não pode se acomodar nunca em qualquer fase da nossa vida. Então, eu agradeço a todos. Obrigado. E vamos nos ver na próxima Audiência se Seus quiser. Boa tarde a todos e obrigado. **SRA. PRESIDENTE LAIDE SIMÕES:** Sempre dá para melhorar, mas pode piorar. [risos] **SRA. PRESIDENTE LAIDE SIMÕES:** Se a gente não se unir... você falou tudo, é verdade. O vereador Lucão Fernandes também queria justificar o atraso, estava em uma Audiência com o secretário da Saúde lá na UPA do Santa Felícia tentando acelerar a abertura dessa unidade de atendimento à população, então ele chegou bem atrasado na nossa Audiência de hoje. Também aproveito para convidar a todos para a Audiência Pública de amanhã às 15h com o secretário municipal de Saúde, que também virá cumprir aqui uma prestação de contas do quadrimestre do ano passado. Agradeço a presença de todos que estão aqui, tanto os funcionários da prefeitura, quanto como pessoas da nossa população, assessores. Agradeço ao Mário, à Juliana, e a todos os vereadores aqui presentes. E encerro, então, a Audiência Pública dessa tarde. Muito obrigada a todos.-0-